

Gênero profissional como multiplicidade

Professional genre as multiplicity

Jésio Zamboni

Resumo

Partindo da indagação sobre como abordar os mundos do trabalho de maneira a considerar os processos de gestão pelos próprios trabalhadores, tomamos o conceito de gênero profissional a fim de desenvolvê-lo como instrumento de análise da atividade pela intercessão da clínica da atividade com a esquizoanálise. Afirmamos o gênero de atividade como multiplicidade de emoções, regras, sentimentos e normas compartilhadas pelos trabalhadores num corpo coletivo como sistema aberto e variante, inscrito numa história viva. Abordamos a atividade produtiva como plano de imanência do trabalho. Discutimos o problema do recorte do gênero de situação durante a intervenção clínica do trabalho, a distinção entre gêneros discursivos e gêneros técnicos como agenciamentos maquínicos e expressivos, a dimensão ética do gênero profissional. Por fim, aponta-se, pela breve discussão de Clot com Deleuze algumas pistas para prosseguir este trabalho.

Palavras-chave

Gênero profissional; atividade de trabalho; multiplicidade.

Abstract

From the question of how to approach the work worlds considering the processes of management by the workers themselves, we take the concept of professional genre to develop it as a tool for analysis of the activity through the intercession of the clinic of activity with the schizoanalysis. We assert the genre of activity as a multiplicity of emotions, rules, norms and feelings shared by the workers in a collective body as a variant open system, inscribed in a living history. We treat the productive activity as a plane of immanence of the work. We argue the problem of the snipping of genre of situation during the intervention in clinic of work, the distinction between discursive and technical genres as expressive and machinic assemblages, the ethical dimension of the professional genre. Finally, it's pointed out a brief discussion of Clot with Deleuze to take some clues to continue this work.

Keywords

Professional genre; work activity; multiplicity.

Jésio Zamboni

Universidade Federal do Espírito Santo

Graduado em Psicologia, Mestre em Psicologia Institucional, Doutorando em Educação e Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade e Políticas (NEPESP) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (GEPSS) da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo.

jesiozamboni@gmail.com

Introdução

Como pensar as tecnologias de gestão nos mundos do trabalho por um viés imanente aos processos de produção e criação, que não parta de uma visada transcendente do trabalho? Este transcendente, aqui definido como sobrecodificação e sobredeterminação de normas e valores nos meios de trabalho, associado ao planejamento e à administração, estará realmente apartado da execução e da atividade? Os trabalhadores situados na posição de executores do trabalho, por oposição ao gerenciamento no sistema empresarial hegemônico contemporâneo, não planejam nem gerem seu trabalho?

Para construir e habitar essa série de indagações, partimos da ideia de que são os coletivos de trabalho que, fundamentalmente, engendram valores e normas como meios de produção, tal qual indica Yves Clot (2006a) e pode-se afirmar pelas invenções conceituais de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010). As produções teóricas destes sujeitos, relativas à produção social e à subjetividade – nomeadas como clínica da atividade e esquizoanálise, respectivamente –, entram aqui em diálogo pelo desenvolvimento de uma intercessão que auxilia a arranjar ferramentas para ampliar a transformação e o pensamento do trabalho pela gestão efetuada pelo próprio coletivo de trabalhadores. Trata-se de partir do real do trabalho, em vez de privilegiar o instituído das organizações produtivas (CLOT, 2006a).

O real do trabalho se produz pela atividade que o trabalhador desenvolve, que as prescrições nunca são capazes de completamente antever e controlar. Em relação ao prescrito pela organização, geralmente concentrado por uma gerência separada dos demais trabalhadores, há um trabalho real, ou seja, aquilo que é feito a partir do que se deve fazer. O real do trabalho, entretanto, é mais do que o trabalho efetuado, é o desenvolvimento desviante e inesperado da atividade pela apropriação das normas, regras e valores em procedimentos de trabalho sempre diferenciadores. Para além do encadeamento de ações do trabalhador que pode ser observado, o real da atividade não se restringe ao que foi realizado na ação. O real é a própria transformação e construção da realidade. A partir de Clot (2006a), pode-se definir o real da atividade como o campo de possibilidades em construção pelas quais o trabalho nunca é completamente o mesmo. Há sempre potência de diferenciação pela repetição produtiva (DELEUZE, 2006). Ou seja, o real é mais do que aquilo que se atualiza na atividade, é todo um jogo de forças pelo qual a atividade se constitui. De maneira que abordamos aqui

um pensamento operado em situação de trabalho movido pela dimensão inventiva da cognição, aquela que problematiza as formas cognitivas constituídas e que se refere ao plano não representável no trabalho. Trata-se de um plano que permite concepção antes que reconcepção, conhecimento antes que reconhecimento, presentificação da ação antes que representificação. Instante que possibilita dar existência ao trabalho por um processo de sintonia com forças que são próprias da diferença. (AMADOR; FONSECA, 2011, p. 21)

Os processos de produção pelo real da atividade não podem ser abordados pela perspectiva individual¹, seja o indivíduo trabalhador ou a organização individuada, mas a partir das relações de produção, pelas quais se constituem sujeitos e objetos do trabalho². A desmontagem da dicotomia entre individual e social é crucial aqui (GUATTARI; ROLNIK, 2008; DELEUZE; GUATTARI, 2010; CLOT, 2011). É preciso, então, partir dos coletivos de trabalho ao afirmarmos a atividade sempre em relação. Cabe

1

Clot (2006a, 2010) faz referências a um estilo individual como motor do desenvolvimento do coletivo de trabalho e a uma atividade pessoal como dimensão instituinte do ofício. Em função da sua perspectiva de abolição da dicotomia entre indivíduo e sociedade, Clot desloca o sentido predominante da individualidade e da pessoalidade. Quanto ao estilo individual, este é, sobretudo, definido como produção de variantes do coletivo de trabalho, sendo impossível pensar o estilo a partir dos trabalhadores individuados e independentes do coletivo. Em relação à atividade pessoal, esta é tomada como ponto de cruzamento de uma série de coletivos, ou seja, a atividade implica sempre uma decisão constituída pelas distintas pertinências do sujeito a variados meios de vida ou territórios existenciais. Sobre o estilo e a dimensão pessoal, outras considerações serão desenvolvidas adiante, no decorrer do texto.

2

Clot (2006a) desenvolve a abordagem das relações produtivas propondo como unidade ou recorte de um objeto de análise a atividade dirigida, em três “direções”: ao objeto de trabalho, aos outros sujeitos do trabalho e a si próprio. Esta unidade ou objeto, portanto, é composta por uma série de relações cujo desenvolvimento é preciso acompanhar.

aqui destacar que não confundimos o coletivo com um grupo individualizado, intermediário entre o indivíduo e a sociedade, mas tratamo-lo como meio de produção de maneiras de viver, sentir e agir (BARROS, 2007). Os modos de atividade são sempre forjados coletivamente por meio dos afetos que irrompem nos encontros entre trabalhadores e mundo do trabalho, das emoções compartilhadas como instrumentos para agir em determinadas situações e dos sentimentos pelos quais um mundo próprio é vivido em comum pelos trabalhadores, como nos indica Clot (2010) a partir de Vigotsky (2004)³.

Portanto, em vez de abordar os processos de produção a partir da separação entre gestão e execução, desenvolvida pela organização científica do trabalho (TAYLOR, 1990), é preciso tratar dos múltiplos meios de agir que se inventam nos mundos do trabalho junto aos imprevistos que forçam a contínua criação na atividade como gestão do trabalho real em planos coletivos. Neste sentido, Clot (2006a, 2010) desenvolve os conceitos de gênero⁴ e estilo – desterritorializados⁵ da produção de Mikhail Bakhtin no campo da linguagem – para o campo do trabalho, como instrumentos para uma clínica da atividade. Estes conceitos ajudam a trabalhar operar no plano de produção das normas e dos valores nos meios coletivos de trabalho, na imanência da atividade produtiva.

A multiplicidade genérica

“*Há tão somente o desejo e o social, e nada mais na produção coletiva*” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 46, grifo dos autores): é a tese da esquizoanálise. “*Não existem senão gêneros e estilos*” (CLOT, 2006a, p. 51): é a tese a que derivamos com a clínica da atividade. Gêneros e estilos profissionais remetem à produção desejante e social nos mundos do trabalho: é a tese que propomos aqui. Este tensionamento conceitual, forjando uma zona de intercessão entre duas linhas de análise dos processos produtivos fazendo com que uma possa falar pela outra como meio de expressão, pode ajudar a desenvolver e expandir as ferramentas analíticas na esquizoanálise, pela abordagem da atividade de trabalho, e na clínica da atividade, pela abordagem da produção de subjetividade.

Nessa perspectiva, o gênero pode ser definido como o plano de imanência sobre o qual se desenvolve a atividade. O plano de imanência define-se pela consistência da experimentação coletiva que possibilita as diversas relações que constituem uma realidade (DELEUZE; GUATTARI, 1996). Ora, “*os gêneros de situação de trabalho*” (CLOT, 2006a, p. 52, grifo do autor) configuram exatamente o corpo coletivo pelo qual a produção é possível. Sua consistência decorre dos gêneros serem uma

memória social do trabalho [...] um traço de união e um conjunto de recursos [...] um sistema aberto de regras [...] uma forma de rascunho social que esboça as relações dos homens entre si para agir sobre o mundo. (CLOT, 2006a, pp. 49-50)

É por essa abertura do gênero como instrumento coletivo de gestão que se pode sustentar a experimentação e a criação no trabalho.

É o gênero que possibilita o trabalho coletivo como singularização dos modos de agir, existir e pensar, sempre ameaçados pelo risco de individualização no trabalho. Pode-se dizer que a individualização, ou seja, ver-se agindo isolada e independentemente do coletivo no meio de trabalho é o nível de potência mais baixo da atividade criadora no trabalho. O gênero enfraquecido se detecta quando os trabalhadores se encontram agindo separados uns dos outros, impedidos de construir uma experiência comum,

3

O trabalho de Vigotsky, discutindo o desenvolvimento histórico da atividade, é uma contribuição bastante importante na superação da dicotomia entre individual e social, especialmente no campo da psicologia. Clot (2006c) aponta que, contudo, Vigotsky não chega a desenvolver esta superação no âmbito da instrumentalização psicológica, o que pode ser feito por meio do conceito de gênero discursivo formulado por Mikhail Bakhtin – o qual abordaremos adiante. Por isto, embora a perspectiva de Vigotsky auxilie no desenvolvimento do conceito de gênero da atividade em Clot (2006a, 2010), principalmente em relação ao problema das emoções, “Vygotski não chega até aí. De fato, nada contradiz em seu trabalho a descoberta bakhtiniana dos gêneros sociais do discurso. Mas ele pára no início de uma possibilidade não realizada” (CLOT, 2006c, p. 226).

4

Frequentemente, o conceito de gênero é utilizado no campo das ciências humanas para discutir a construção histórico-cultural da diferenciação sexual em diversas formações sociais. A perspectiva dos estudos de gênero interroga a psicologia em suas produções sobre sexualidade, hegemonicamente atreladas a uma essencialidade considerada biológica, indicando outros horizontes de produção do saber psi. Neste ensaio, no entanto, o conceito de gênero com que operamos deriva de outra corrente de estudos, emergente também no século XX, a filosofia da linguagem. Sendo assim, no escopo deste trabalho, não tratamos do conceito de gênero referente à construção social da sexualidade.

5

Com Deleuze (1997), pode-se referir a desterritorialização conceitual ao processo de inacabamento e mutação dos conceitos pelas variações de seus funcionamentos a cada situação ou problema em que operam. Sendo assim, os conceitos não estão de uma vez por todas presos ao campo teórico em que se encontram, mas podem deslocar-se de um a outro pelas questões práticas, modificando-se neste percurso. É desta maneira que Clot retoma a produção conceitual bakhtiniana, sem pretender fidelidade, prosseguindo o desenvolvimento do conceito de gênero.

compartilhável. Têm-se aí a produção de sujeitos individuais no trabalho expostos aos riscos de precisarem lidar com os imprevistos das situações de trabalho sem o apoio coletivo que o gênero promove como “história de um grupo e memória impessoal de um local de trabalho” (CLOT, 2006a, p. 38)⁶. Sendo assim, os trabalhadores se veem em meio ao real, com suas variações incessantes, sem instrumentos para agir. O gênero é aquilo que não deixa o trabalhador errar sozinho (CLOT, 2006a). Consideramos esta errância tanto no sentido de falha na execução como no sentido de estilização na atividade ou produção de maneiras singulares de proceder diante dos imprevistos. Os estilos seriam, então, o nível mais elevado do poder de agir, a própria inventividade do trabalho possibilitada pelos gêneros profissionais.

A análise do trabalho situa-nos diante da interioridade recíproca dos estilos e dos gêneros. Ela nos leva a pensar que os estilos são a reformulação dos gêneros em situação e os gêneros, o contrário de estados fixos. Melhor dizendo, os gêneros são sempre inacabados. O gênero assume sua forma acabada – é moldado – nos traços particulares contingentes e únicos que definem cada situação de trabalho vivida. (CLOT, 2006a, p. 51).

É preciso, ainda, não identificar a atividade com o gênero que lhe serve de suporte (CLOT, 2010), assim como Deleuze e Guattari (1997) procuram não confundir o plano de imanência com a atividade conceitual do filósofo. O gênero será remetido por Clot (2010) à dimensão transpessoal do ofício, uma espécie de memória coletiva do meio laboral que se encarna nos profissionais que compartilham um mesmo horizonte produtivo, funcionando como legado que constitui o coletivo de trabalho. O gênero é, também, o que permite que dois trabalhadores situados em um meio comum, mesmo que ainda não se conheçam interpessoalmente, possam trabalhar juntos (CLOT, 2006a). Por meio do gênero, toda a história da gestão imanente dos processos de trabalho pelos próprios trabalhadores entra em jogo na atividade; todas as escolhas, impasses, disposições e conflitos conservam-se, são revividas e transformam-se pelas situações de trabalho.

Pode-se defini-lo como um sistema flexível de variantes normativas e de descrições que comportam vários cenários e um jogo de indeterminação que nos diz de que modo agem aqueles com quem trabalhamos, como agir ou deixar de agir em situações precisas; como bem realizar as transações entre colegas de trabalho requeridas pela vida em comum organizada em torno de objetivos de ação. Trata-se das regras de vida e de ofício destinadas a conseguir fazer o que há a fazer, maneiras de fazer na companhia dos outros, de sentir e de dizer, gestos possíveis e impossíveis dirigidos tanto aos outros como ao objeto. [...] Ele não regula diretamente as relações entre as pessoas, mas antes as relações entre profissionais, ao fixar o “espírito” dos lugares como instrumento de ação (CLOT, 2006a, p. 50).

O gênero é a dimensão de multiplicidade do meio de trabalho, enquanto o estilo refere-se aos processos de singularização pelos quais o gênero se mantém vivo. Tal vitalidade se sustenta pelas invenções de normas, regras, estratégias e dispositivos vários pela atividade do trabalhador. As singularidades são os elementos da multiplicidade (DELEUZE; GUATTARI, 1995a). A multiplicidade é sempre aberta, heterogeneizante, diferença que produz diferença, que incita a criação. Essa multiplicidade, é preciso notar, não se confunde com uma coleção de elementos prontos, pois estes elementos estão em variação contínua. Os estilos são a própria transformação do trabalho, variantes criadoras de normas. Por isto, o gênero é

6

Com o desenvolvimento da clínica da atividade, ao discutir o problema do ofício no sentido de tratar da institucionalização do trabalho pela perspectiva da atividade, Clot (2010) irá promover uma distinção, que até então não se colocava exatamente, entre as dimensões impessoal, remetida à prescrição e à tarefa, e transpessoal, referente ao gênero profissional. Estas são também distintas, no ofício, das dimensões interpessoal, relativa às relações concretas entre os trabalhadores atuais em um meio de trabalho, e pessoal, tomada como finalidade do processo institucional do ofício. Cabe pontuar que a noção de impessoal em Clot não é a mesma que em Deleuze, o que discutiremos adiante.

flexível e um tanto indeterminável; do contrário, encontra-se degradado e frágil diante dos imprevistos nas situações reais.

O gênero profissional não se identifica com uma profissão constituída. É sempre vacilante a delimitação de um gênero profissional em clínica da atividade, pois se trata de um território produtivo. Inicialmente, o clínico da atividade demarca o terreno de intervenção em função da demanda. É sempre um recorte que se faz, poderiam ser outros, expandindo ou retraindo o campo clínico: é a produção de um objeto parcial de análise por uma localização do saber. Ao desenvolver-se a clínica da atividade é que se pode realmente implicar a marcação das fronteiras de gênero, ou antes, seus cruzamentos: pois não é primordial na dimensão genérica do ofício o estabelecimento dos limites, mas a abordagem das intercessões com outros gêneros. Sendo assim, é preciso considerar sempre que há uma dimensão histórica de sustentação dos gêneros, de maneira que qualquer recorte que se faça implica considerar o processo de produção destes territórios profissionais.

Não é a reterritorialização dos gêneros em profissões instituídas como propriedades profissionais bem delimitadas, mas a desterritorialização do gênero de atividades pelas estilizações que criam novos meios produtivos, o que é primordial. Sustenta-se, assim, a multiplicidade de interfaces de um gênero com outros gêneros de atividades (CLOT, 2006a). A multiplicidade laborativa, referente ao trabalho tomado sob a perspectiva da atividade, opera por transversalidade, ou seja, pela abertura do gênero profissional a outros gêneros de atividades. O recorte provisório de um gênero profissional funciona para afirmar em situação as forças do campo social em jogo no mínimo gesto do trabalhador.

Em clínica da atividade, é a intercessão de Mikhail Bakhtin (apud CLOT, 2006a, 2006c, 2010), com a sua conceitualização dos gêneros discursivos⁷, que permite que não se encerre o gênero na intra-subjetividade ou na inter-subjetividade, ou seja, no indivíduo ou no grupo, transcendententes às relações que os produzem. Afirma-se, em clínica da atividade, a dimensão trans-pessoal como constituinte do coletivo de trabalho (CLOT, 2010). Dessa maneira, o conceito de gênero não permite que este compreenda sua intervenção sobre indivíduos ou grupos tomados como um todo indivisível ou unidade fechada, mas sempre incida o trabalho clínico na atividade em curso.

O conceito de gênero desenvolve-se, então, para além da dimensão linguística, quando é usado em análises da atividade de trabalho. Como Deleuze e Guattari (1995b) – que distinguem a ação maquínica, relativa às ações e paixões dos corpos, e o ato discursivo, correspondente às transformações imediatas incorpóreas da linguagem, como multiplicidades do agir –, Clot (2010) promove uma diferenciação, em mesmo sentido, entre os gêneros discursivos e os gêneros técnicos. Os gêneros de atividades, abordados pela clínica da atividade, são compostos por essas duas multiplicidades, maquínicas e expressivas, irredutíveis uma à outra. Os gêneros de situação produtiva se compõem pelos agenciamentos da atividade, que se dispõem como agenciamentos coletivos de enunciação e agenciamentos maquínicos de desejo.

O campo do discurso será, assim, cada vez mais remetido às suas relações com o não-discursivo, com os atos interiores à própria enunciação (DELEUZE; GUATTARI, 1995b). “Não é a língua enquanto tal que importa, mas o gênero que estabelece relações entre a língua e o extra-linguístico” (FRANÇOIS, apud CLOT, 2006a, p. 43). Afirma-se, desmanchando o lugar da linguagem como explicativa da produção social, que o gênero estabelece relações entre o discursivo e o extra-discursivo. “Mas esse limite não está especialmente fora da linguagem, nem fora do encadeamento das réplicas. Ele é, de preferência, seu exterior, um exterior da linguagem que não está fora dela” (CLOT, 2010, p. 243, grifo do autor)⁸. Sendo assim, os enunciados

7

A concepção dos gêneros do discurso em Bakhtin (1997, p. 305) critica a tradição linguística predominante que “opõe o enunciado (a fala), como um ato puramente individual, ao sistema da língua como fenômeno puramente social e prescritivo para o indivíduo”. “A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. [...] Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*.” (BAKHTIN, 1997, p. 280, grifos do autor).

8

Tem-se aí, claramente, uma inspiração deleuzeana pontual no trabalho de Clot.

são indissociáveis dos seus efeitos concretos numa determinada realidade, assim como as paixões corporais, das ações que se desenvolvem.

Logo, cabe sempre traçar as relações entre discursos e técnicas pelas atividades situadas, pois, embora sejam distintas multiplicidades de transformação da realidade, funcionam como agenciamentos produtivos. “Signos e ferramentas vivem ao mesmo tempo *nesses* gêneros e *desses* gêneros” (CLOT, 2006a, p. 154, grifos do autor). É o que demonstra Clot (2006a) quando evoca o uso de determinados enunciados construídos em situação de trabalho do maqueiro diante do paciente prestes a ser operado, de maneira a tranquilizar o paciente e o próprio trabalhador poder agir sobre a situação. “Avalia-se bem aqui o papel da linguagem como técnica de ação” (CLOT, 2006a, p. 89). É por isso que, ao nos referirmos aos gêneros de situação, estamos tratando de sistemas abertos, de procedimentos que colocam em jogo tanto as enunciações que se forjam no meio produtivo – e que nunca podem ser encaradas como meras representações do trabalho – quanto as técnicas corporais de trabalho, como duas faces irredutíveis e indissociáveis do agenciamento produtivo.

Torna-se claro que o gênero de atividade não se reduz ao gênero discursivo, à dimensão expressiva ou enunciativa do meio produtivo, quando se nota que o gênero não requer necessariamente formulações verbais: “é o que lhes é comum e o que os reúne em condições reais de vida [...] avaliações comuns subentendidas” (CLOT, 2006a, p. 41). Há aqui um paradoxo na relação entre técnica e enunciado: a dimensão coletiva do trabalho, o gênero, sustenta-se pelo silêncio que dispõe as normas num corpo de avaliações polifônico, com as várias vozes que compõem um meio produtivo. Diremos que o plano de produção das normas e valores que se territorializam no gênero em modos de agir e não-agir, de dizer e não-dizer, em situações precisas, compõe-se num jogo de indeterminação como um plano ético, ou seja, um corpo coletivo cujas funções e sentidos se desmancham, se tensionam e estão sempre em formação em função das variações do real. É o plano da informalidade que garante e sustenta a produção ética no trabalho. “Não há novos agenciamentos técnicos que não sejam imediatamente novos agenciamentos éticos.” (COSTA, 2003, p. 166).⁹

O gênero não é social por oposição ao individual, nem linguístico por oposição à materialidade corpórea. “A dimensão social é consubstancial às emoções” (CLOT, 2006a, p. 41). Os afetos, emoções e sentimentos estão na carne dos profissionais, em seu corpo, como experiência, marcas da vida, história de um gênero. São as disposições corporais, assim como as expressões que lhes acompanham, o que compõe o gênero de situação. Nesse sentido, Clot (2006a, pp. 32-33) afirma que

é preciso aprender “a não se deixar levar” para ter condições de extrair dela [a emoção] os recursos do gesto; é necessário torná-la profissional e, em certo sentido, tudo consiste nisso. É preciso desenvolvê-la, enriquecê-la. [...] Porém, para fazê-lo são necessários tempo e uma organização do trabalho que facilite essa sedimentação no curso da qual as emoções se convertem num instrumento de ação eficaz.

Essa organização necessária é o gênero. A constituição corporal afetiva e efetiva é genérica, portanto. Podemos chamar o gênero de corpo afetivo, por integrar afetos e efeitos na ação. É a distância entre os afetos e os efeitos do agir que nos permitem acompanhar os conflitos nos mundos do trabalho como paradoxos a sustentar para transformar as relações produtivas. É o corpo¹⁰ como uma memória ativa das emoções, inibições, motivações e intenções em (co)moção que é constituído coletivamente como instrumento genérico da atividade. O gênero se inscreve no corpo do trabalhador, no qual se criam meios de passagem da atividade pela potência coletiva de produção. O gênero é o corpo sempre coletivo do trabalhador inscrito na

9

Acompanhando Foucault (1984), toma-se a ética como pólo de tensionamento das regulações pelas normatizações e codificações sociais apoiado na produção de subjetividade, de maneira que a ética não pode ser reduzida a um conjunto de prescrições funcionando como um código moral, nem aos comportamentos avaliados a partir desta. Assim, “podemos compreender por que G. Canguilhem pôde afirmar que a subjetividade é apenas a insatisfação, acrescentando que isso talvez seja a própria vida.” (CLOT, 2006c, p. 234).

10

Há, aqui, uma crítica ao mentalismo e ao intelectualismo na separação entre organismo e mente, corpo e espírito. “Nossos afetos nos mostram claramente que não formamos senão um único ser com nosso corpo. São precisamente as paixões que constituem o fenômeno fundamental da natureza humana” (VIGOTSKY, apud CLOT, 2006a, p. 33).

história de um meio de vida; uma multiplicidade de emoções, regras, sentimentos e normas; um conjunto de relações que se produzem em meio a lutas, conflitos e embates. É uma multiplicidade de afetos, um meio resultante de jogos de forças, produzindo determinações funcionais provisórias, em transformação.

Meio de trabalho, o gênero se interpõe entre sujeito e objeto do trabalho, produzindo-os. O gênero é definido por Clot (2010) como o sobredestinatário da ação, retomando a filosofia de Bakhtin (1997) e remontando ao discurso indireto livre, que corresponde ao agenciamento coletivo de enunciação. No discurso indireto livre, “não há contornos distintivos nítidos, não há, antes de tudo, inserção de enunciados diferentemente individuados, nem encaixe de sujeitos de enunciação diversos” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 18). É dessa maneira que os trabalhadores podem expressar a produção sempre coletiva: embaralhando os modos de dizer, os sujeitos das enunciações e as enunciações dos sujeitos, de jeito que aparece a produção coletiva para além e aquém das atribuições individuais (ZAMBONI; BARROS, 2013). O sobredestinatário é a multiplicidade que se constitui pela atividade pessoal e interpessoal dos trabalhadores.

O trabalhador, pelo gênero, está imerso num plano histórico situado, que não é homogêneo e contínuo, mas abstrato e contingente, repetitivo e diferenciante, do qual extrai recursos para agir e se empenha em desenvolvê-los. É a construção da história por um meio de produção que está em jogo na transpessoalidade do gênero, em que as lutas nas situações de trabalho transcendem uma clausura do presente entre o que foi feito no passado e o que irá se fazer no futuro. A atividade coloca em jogo passado, presente e futuro pela situação em questão. A dimensão coletiva do gênero é o que pode garantir sustentação para os movimentos de transformação – transcendentais – das situações de trabalho.

Conclusão

Por fins deste ensaio teórico, cabe assinalar que o próprio Clot (2006b), ao considerar as discussões de Deleuze relativas à problemática do inconsciente, aproximando-o de Vigotsky, afirma um ponto de encontro entre a esquizoanálise e a clínica da atividade. Este ponto é justamente o gênero de atividade tomado como dimensão inconsciente da produção coletiva, ainda que Clot acabe não dizendo isto nem desenvolvendo o ponto de encontro como linha de trabalho. Ao produzir um conceito de inconsciente como multiplicidade impessoal, procurando retirar deste toda referência ao eu, à pessoa, ao indivíduo, tomados isoladamente, Deleuze provoca Clot na definição do gênero entre a impessoalidade e a transpessoalidade.

Muito mais tarde, e sem saber a que ponto ele reencontrou a perspicácia da crítica vigotskyana, Deleuze insistirá também sobre a potência subjetiva do impessoal [...]. Nesta perspectiva, Deleuze reiteradamente insistiu sobre as potências do *impessoal* na mobilização subjetiva e eu creio que ele estava certo, mesmo que o conceito de *transpessoal* me pareça muito mais preciso e mais facilmente pensável no interior da tradição bakhtiniana e vigotskyana. Em todo caso, é bem à produção deste objeto transpessoal inacabável que se atrela uma clínica da atividade. (CLOT, 2006b, pp. 173-174, grifos do autor, tradução nossa)¹¹

Por aí, pode-se afirmar que o conceito de impessoal em Deleuze está muito mais próximo do conceito de transpessoal em Clot, que do conceito de

11

Bien plus tard, et sans savoir à quel point il retrouvait le tranchant de la critique vygotkienne, Deleuze insistera aussi sur la puissance subjective de l'impersonnel [...]. Dans cette perspective, Deleuze a souvent insisté sur les puissances de l'impersonnel dans la mobilisation subjective et je crois qu'il a vu juste, même si le concept de transpersonnel me paraît beaucoup plus précis et plus facilement pensable à l'intérieur de la tradition bakhtinienne et vygotkienne. En tout cas, c'est bien à la production de cet objet transpersonnel inachevable que s'attelle une clinique de l'activité.

impessoal deste. Entretanto, cabe notar que, para Clot (2010), a pessoalidade está no princípio e ao cabo da dimensão institucional da atividade, sendo que a pessoalidade e a interpessoalidade são consideradas dimensões instituintes do transpessoal e do impessoal como instâncias do ofício tomado sob a perspectiva da atividade. Parece-nos crucial, portanto, retomar o conceito de pessoal em Clot, não confundindo-o apressadamente com a noção hegemônica de indivíduo, para prosseguir as conversações com Deleuze, visando desenvolver conceitos para uma clínica da atividade aliançada com os processos de gestão do trabalho pelos próprios trabalhadores.

A dimensão pessoal constitui o eixo da institucionalização do trabalho como ofício. O pessoal, não se confundindo com o individual, perpassa as relações entre os trabalhadores, a prescrição e a normatização histórica do meio de trabalho – o interpessoal, o impessoal e o transpessoal, respectivamente, como dimensões do ofício. A produção de subjetividade, que está referida pelo pessoal como ponto de desenvolvimento instituinte e como terminal do processo institucional, é tomada como atravessando toda a produção da instituição. A subjetividade revela-se assim indissociável das instituições sempre coletivas¹². Neste ponto, esquizoanálise e clínica da atividade podem se comunicar como modalidades de análise institucional¹³. O propósito desse artigo, afinal, desenha-se pela experimentação de desenvolver o conceito de gênero profissional como multiplicidade laborativa. Instalando-o num diálogo com a esquizoanálise, quer provocar a fazer dele sempre outra coisa, como nos convoca Clot, por uma repetição diferenciante que sustente a vitalidade desse interessante instrumento para ampliar a vitalidade das organizações do trabalho e das análises nos mundos do trabalho. Operando com conceitos nunca definíveis completamente, cujos contornos são irregulares e abertos ao infinito das variações do real (DELEUZE; GUATTARI, 1997), visamos à ampliação da potência de invenção dos conceitos em função das situações singulares de trabalho.

Sobre o artigo

Recebido: 25/06/2013

Aceito: 09/06/2014

Referências bibliográficas

AMADOR, F. S.; FONSECA, T. M. G. Atividade: o trabalho sob o signo do inacabamento. In: ROSEMBERG, D. S.; RONCHI FILHO, J.; BARROS, M. E. B. (Orgs.). **Trabalho docente e poder de agir: clínica da atividade, devires e análises**. Vitória: EDUFES, 2011, p. 19-49.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARROS, R. D. B. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

CÉSAR, J. M.; ZAMBONI, J.; BARROS, M. E. B. Clínicas do trabalho como rede de conversações. In: AMADOR, F. S.; BARROS, M. E. B.; FONSECA, T. M. G. (Orgs.). **Clínicas do trabalho e paradigma estético**. Porto Alegre: Sulina, no prelo.

CLOT, Y. **A Função Psicológica do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006a.

12

No campo da saúde do trabalhador, a subjetividade ou experiência produzida pelos trabalhadores funciona como um catalisador das lutas coletivas pela transformação dos mundos do trabalho (MENDES; DIAS, 1991).

13

Sobre o plano da análise institucional como meio de conversação entre clínica da atividade e esquizoanálise, indicamos acompanhar a discussão em Cesar, Zamboni e Barros (no prelo).

- CLOT, Y. Clinique du travail et clinique de l'activité. **Nouvelle revue de psychosociologie**, Ramonville Saint-Agne, n. 1, pp. 165-177, 2006b.
- CLOT, Y. Psicologia. In: BRAIT, B. (Org.) **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2006c, p. 219-40.
- CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- CLOT, Y. Prefácio. In: ROSEMBERG, D. S.; RONCHI FILHO, J.; BARROS, M. E. B. (Orgs.). **Trabalho docente e poder de agir: clínica da atividade, devires e análises**. Vitória: EDUFES, 2011, pp. 11-14.
- COSTA, M. S. R. Uma política do futuro-presente. In: **O reencantamento do concreto**. São Paulo: HUCITEC, 2003, pp. 159-175.
- DELEUZE, G. **Diferença e Repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol.1**. São Paulo: Ed. 34, 1995a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol.2**. São Paulo: Ed. 34, 1995b.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol.3**. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 341-349, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v25n5/03.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2006.
- TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1990.
- VIGOTSKY, L. **Teoría de las emociones: estudio histórico-psicológico**. Madrid: Akal, 2004.
- ZAMBONI, J.; BARROS, M. E. B. A problemática do humor na atividade do motorista de ônibus. **Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 45-65, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/39904/26488>> Acesso em: 24 nov. 2013.